



Conselho Municipal de Saúde Ponta Grossa - Paraná

1 **Ata da 13ª reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde – C.M.S.** Ao dia 09 do mês
2 de julho de dois mil e quatorze, às dezoito horas, na Sala de Reuniões do Conselho Municipal
3 de Saúde, situada na rua XV de Novembro, 120 na cidade de Ponta Grossa, realizou-se a
4 décima terceira reunião ordinária do CMS de Ponta Grossa. Estavam presentes os
5 conselheiros, Luiz Antonio Delgobo, Adriana Crivoi, Cássia Zweifel Moro Gesuato, Charles
6 Renan Pinto Aurélio, Simone Schenfeld Monçalves, Elaine Cristina Antunes Rinaldi, Regina
7 Aparecida Rodrigues, Eliane de Freitas, Gerusa Clazer Halila Possagno, Sergio Ferreira
8 Doszanet, Jiovany do Rocio Kissilevicz, Recson Eder Marques Pelentil, Paulo Saincler Heusi,
9 José Timoteo Vasconcellos, João Carlos dos Santos Camargo, Sergio Luiz Ferreira de
10 Andrade, Alexandra Strack Camargo, Inez Rosemari Safraide, Genecilda Lourenço Gotardo,
11 Rosangela Rigoni deu quórum a reunião, a Presidente Jiovany do Rocio Kissilevicz assumiu os
12 trabalhos e procedeu a abertura da reunião cumprimentando a todos os presentes,
13 conselheiros e participantes. Pauta do dia: **1. Leitura da Ata e Aprovação: 12ª Ata da reunião**
14 **ordinária. 2. Relato Geral. 2.1. Relato da Comissão de Orçamento Programas e Projetos. 2.2.**
15 **Informes Gerais. 3. Ordem do dia. 3.1. Apreciação do “AD REFERENDUM” nº 001/2014 de**
16 **junho de 2014.3.2. Apresentação do Plano Aplicativo dos Recursos DST/HIV/AIDS e Hepatites**
17 **Virais. 3.3. Apresentação da proposta de contratação de Serviços de Urgência e Emergência**
18 **para o SIATE/SAMU. 1. Leitura da Ata e Aprovação: 12ª Ata da reunião ordinária. Ata**
19 **aprovada sem ressalvas. O conselheiro Sergio Ferreira Doszanet fala da entidade Esquadrão**
20 **da Vida, da linha 84 a linha 118 como foi feito uma votação e foi indeferida por 9 (nove) votos**
21 **contra 4(quatro) favoráveis, nós da comissão de Contrato e Projeto, durante a semana foi feita**
22 **uma investigação e foi verificado realmente que ouve uma falha muito grande de comunicação,**
23 **com esta entidade e devido esta falha a entidade realmente não foi comunicada para estar aqui**
24 **presente no dia da reunião e no dia da homologação de nossa resolução, e nós conselheiros**
25 **também temos nossa parcela de culpa, e verificando que ainda não teria sido aprovada a ata**
26 **apenas foi votado e hoje seria aprovado em nome da comissão e em nome do CMS (Conselho**
27 **Municipal de Saúde) também junto ao conselheiros venho solicitar a vocês a revogação da**
28 **parte desta ata explicando como foi analisado na nossa reunião de segunda-feira da comissão,**
29 **junto com o pastor e conselheiros para realmente verificar e descobrir onde estava esta falha, e**
30 **a falha foi nossa não foi nem da entidade, realmente foi falha de comunicação, como esta**
31 **entidade vem ha anos dando problemas para nós em algumas situações, verificado também**
32 **que esta entidade tem o cadastro junto ao CMS até dia 30 de julho de 2014, com isto coloco**
33 **aqui esta situação que nós estamos trabalhando para direcionar uma situação que todas as**
34 **entidades até dia 15 de abril de 2015 tenham todas as documentações regularizadas, e nós**
35 **fizemos esta reunião em fevereiro e já começou o tramite, e a falha que começou agora é**
36 **resultado da nossa mudança conforme a resolução 08/2014, que estava do ano anterior que**
37 **era o ano todo analisando as entidades, e essa chegou em julho teve entidade que chegou em**
38 **outubro e em novembro, ela virá aqui pedir para renovar, e como nós estamos em transição**
39 **nós da comissão sentamos e analisamos e colocamos esse parecer da comissão para que**
40 **realmente seja regularizado essa situação e que a partir daí todas as entidades já estarão**
41 **sabendo, então em nome da Comissão e dos conselheiros que estiveram presentes na reunião**
42 **de comissão do dia 07 de julho de 2014 foi feito um parecer favorável. á Análise do Pedido do**
43 **Esquadrão da vida referente a seu cadastro junto ao conselho. Iniciado os trabalhos lendo a**
44 **declaração do esquadrão da vida. - A comissão verificou que a entidade não foi comunicada**
45 **para participar da reunião de formulação da resolução nº 08 de 2014 de credenciamento das**
46 **entidades no inicio do ano a comissão solicita ao pleno o seu credenciamento de 30 de junho**
47 **de 2014 a 30 de março de 2015 onde a entidade se compromete apresentar ate final de**
48 **fevereiro de 2015 um projeto em conformidade com as Portaria nº 121 de 25 de Janeiro de**
49 **2012. Portaria 131 de 26 de janeiro de 2012 e Portaria nº 3.088 de 23 de Dezembro de 2011**



Conselho Municipal de Saúde

Ponta Grossa - Paraná

50 em conjunto com o gerencia de saúde mental. A comissão Solicita a exclusão das linhas 85 ate
51 119 da ata 12º da reunião do dia 24 de junho de 2014 dando o credenciamento perante a
52 justificativa encaminhada e comprometimento do pastor Rodrigo Labiak. O conselheiro Charles
53 Renan Pinto Aurélio questiona sobre a legalidade de suprimir esta parte da ata, e pergunta
54 também se vai ser dado um prazo para as outras entidades, o conselheiro Sergio Ferreira
55 Doszanet fala que as outras entidades já estão todas cadastradas, e se surgir outras entidades
56 o prazo será até 15 de fevereiro. O conselheiro Charles Renan Pinto Aurélio fala que seria mais
57 coerente pegar esta resolução nº08/2014, que é o que rege tudo isso e prorrogar para entrar
58 em vigência a partir de outra data, assim abrem espaço para outras entidades, o conselheiro
59 Sergio Ferreira Doszanet sugere então que se faça outra resolução, pois esta já foi publicada.
60 A presidente Jiovany do Rocio Kissilevicz fala que a resolução foi enviada para a SMS
61 (Secretária Municipal de Saúde) para que fosse repassada para as entidades, sendo assim
62 todas as entidades tem a resolução. O conselheiro João Carlos dos Santos Camargo fala que
63 todas as entidades que recebem dinheiro do município, sabem de todos os cadastros que
64 devem ser feitos, automaticamente deve passar pelo CMS, é a entidade que deve procurar o
65 CMS. O conselheiro Charles Renan Pinto Aurélio fala que o papel do CMS é o controle social
66 sobre as entidades, mas de maneira alguma nossas ações devam prejudicá-las, porque as
67 entidades prestam o serviço para a comunidade. A conselheira Eliane de Freitas fala que não
68 se deve mexer na ata porque a ata é um relato da reunião teve votação, e não devemos retirar
69 da ata, devemos fazer este relatório e constar nesta ata se justificando. O conselheiro Paulo
70 Saincler Heusi fala que todas as entidades convidadas, e esta (Esquadrão da Vida) falhou, se a
71 entidade não veio a falha foi da entidade. A conselheira Genecilda Lourenço Gotardo fala que a
72 secretária que é responsável por esta parte, porque o trabalho do CMS é fiscalizar. A
73 presidente fala da proposta da comissão, que a entidade continue com o repasse, mais no ano
74 que vem apresentar um projeto conforme está na memória da comissão até o mês de fevereiro,
75 e que conste na próxima ata e não fazemos a retirada da ata se mantém a ata como esta. A
76 presidente coloca em votação com ressalva da memória da comissão, aprovado por 16
77 (dezesesseis) votos favoráveis e 1 (uma) abstenção.**2. Relato Geral. 2.1. Relato da Comissão**
78 **de Orçamento Programas e Projetos.** O conselheiro Sergio Ferreira Doszanet fala que dia 24
79 de junho a comissão se reuniu e analisou o projeto de credenciamento de estabelecimentos
80 prestadores de serviços de saúde na área de fisioterapia, onde nós analisamos e
81 acrescentamos dois pontos apenas que não constava no projeto, que estava colocado
82 inclinação máxima de 8.33%, sempre acompanhadas de corrimão em ambos os lados, e a
83 sugestão da comissão era para 8% para ficar conforme a lei de acessibilidade, e solicitamos
84 que fosse colocada a lei 8.666 de 93, a Senhora Gisele trouxe os itens corrigidos, com isto a
85 comissão analisou e encaminha para o pleno para aprovação do credenciamento. A presidente
86 Jiovany do Rocio Kissilevicz coloca em votação, aprovado por unanimidade (18 votos). O
87 conselheiro Sergio fala ainda que, a comissão continua analisando as marcações de consultas.
88 O coordenador da comissão de orçamento programas e projetos Sergio Ferreira Doszanet
89 falam que veio um projeto da proposta de contratação de serviços de Urgência e Emergência
90 para o SIATE/SAMU, e lê o parecer da comissão: A senhora Patrícia apresenta o projeto de
91 complementação que o conselho já aprovou na ata numero quatorze em vinte três de julho de
92 dois e treze através de ad referendum e aprovado no pleno do conselho e se exauriu que neste
93 momento esta solicitando novamente a contratação de uma empresa para complementar a
94 escala de trabalho da equipe medica concursada com recurso destinado e recurso SIATE/
95 SAMU o valor da media das horas é R\$ 118,00 (cento e dezoito reais) até que se conclua o
96 concurso publico e se verifique a quantidade de aprovados e numero suficiente para
97 integralização da escala com funcionários concursados a necessita de aproximadamente de 18
98 profissionais. O conselheiro Sergio fala que o projeto é para suprir a necessidade do



Conselho Municipal de Saúde

Ponta Grossa - Paraná

99 SIATE/SAMU, até que o município consiga através de concurso público suprir essas
100 necessidades. O conselheiro Luiz Antonio Delgobo fala que todos os médicos fazem hora extra
101 e diz que os médicos só podem fazer no máximo duas horas e que são 3 plantões por mês na
102 verdade, e diz que depois com a necessidade de ter este contrato para suprir isso ai, e hoje
103 nos precisaríamos de 18 (dezoito) a 20(vinte) médicos sendo contratados para fechar a escala.
104 E diz que já esta sendo aberto um concurso e vai ver quantos serão escritos para poder fazer a
105 convocação e contratação do pessoal e ate então tem que ter empresa para suprir isso ai. O
106 conselheiro Sergio Ferreira Doszanet fala que a comissão analisou e esta sendo enviado para
107 o pleno. **2.2 Informes Gerais.**O Conselheiro Charles Renan Pinto Aurélio trouxe uma
108 comunicação da Santa Casa ao CMS, o ofício diz o seguinte; informamos a vossa excelência
109 conforme disposto no artigo 36 do parágrafo único da portaria interministerial MP/MF/CGU
110 numero 127 de 2008 que a Santa Casa de Misericórdia de Ponta Grossa adquiriu um ventilador
111 pulmonar três monitores de sinais vitais cinco aparelhos para foto terapia um berço aquecido e
112 três incubadoras neonatal no ano de 2013 através do convenio 750306/2010 firmado com
113 Ministério da saúde no ano de 2010 sendo o que apresenta para o momento sobrescrevemo-
114 nos. E o segundo Ofício da Santa Casa também sobre aquisição de aparelhos que diz o
115 seguinte; Informamos a vossa senhoria conforme disposto no artigo 36 do parágrafo único da
116 portaria interministerial MP/MF/CGU numero 227 de 2008 adquiriu um aparelho para
117 Hemodiálise, um Mefroscopio Percutâneo um Uretero Nofriboscopio, um vídeo labrascopio no
118 ano de 2013 no convenio 7612985/2011 firmado com ministério da saúde no ano de 2011. A
119 conselheira Eliane de Freitas fala que foi dado inicia a comissão de saúde do trabalhador no
120 dia 02 de julho de 2014. Iniciou reunião às 17h 30min com proposta da criação da CIST -
121 Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador e uma subcomissão foram indicadas pela
122 presidente Jiovany do Rocio Kissilevicz como coordenadora Eliane de Freitas, o qual foi em
123 consenso de todos os presentes, como coordenadora da subcomissão Sueli Terezinha
124 Mensen, como relator Sergio Ferreira Doszanet e Vera Lucia Wosgerau, foi sugerido pela
125 comissão na próxima reunião será convidado todos os Sindicatos, 3º Regional e Associações
126 para participar da reunião, um representante do Ministério do Trabalho, primeiro passo é trazer
127 material que já existe referente à CIST, material que veio da Conferência do Estado, será
128 convidado ainda gestores e funcionários, hospitais, empresários para se aprimorar sobre o
129 assunto as reuniões serão quinzenais. **3. Ordem do dia. 3.1. Apreciação do “AD**
130 **REFERENDUM” nº 001/2014 de junho de 2014.** O conselheiro Sergio Ferreira Doszanet fala
131 que foi feito novamente um AD REFERENDUM para que a unidade de saúde do Panamá
132 realmente se concretize e se coloque em funcionamento. **3.2. Apresentação do Plano**
133 **Aplicativo dos Recursos DST/HIV/AIDS e Hepatites Virais.** Apresentado pelo Senhor Diego
134 Osmar Rodrigues que fala sobre as metas do Plano Aplicativo; Realizar eventos como
135 campanhas de massa e/ou oficinas e/ou encontros ligados à temática das DST/AIDS e
136 Hepatites Virais, com a aquisição de folders, camisetas e equipamentos de proteção individual,
137 Contratação de empresa especializa no preparo e fornecimento de alimentação (coffe-break),
138 Capacitação da equipe multidisciplinar do SAE/CTA, APS e demais profissionais, inclusive
139 pertencentes a 3ª Regional de Saúde, com a temática de manejo clínico das
140 DST/HIV/AIDS/HV, direitos humanos, reprodutivos, sexuais, estigmas e preconceitos com a
141 contratação de serviços de terceiros pessoa física e jurídica, Capacitações para ampliar o teste
142 rápido de HIV e Sífilis para a Atenção Primária em Saúde do município de Ponta Grossa, com a
143 contratação de serviços de hospedagem, alimentação, aluguel de sala e multimídia, Realizar
144 capacitação ligada a temática das Hepatites Virais para os profissionais de saúde em geral, no
145 município de Ponta Grossa, Repasse de recursos financeiros conforme deliberação da CIB 131
146 de 01/04/2014 através de convênio com casa de apoio do município – Pia União das Irmãs da
147 Copiosa Redenção/Comunidade Terapêutica Rosa Mística, Repasse de recursos financeiros



Conselho Municipal de Saúde

Ponta Grossa - Paraná

148 através de convênio com a ONG Renascer – Grupo de Apoio a População LGBT conforme
149 plano de aplicação visando atender a demanda desta população com ações de advocacia e
150 direitos humanos, Repasse de recursos financeiros através de convênio com a ONG Reviver
151 no atendimento das pessoas vivendo com HIV/AIDS e realização de ações de prevenção e
152 melhoria de qualidade de vida como palestras, oficinas de artesanato. Ordem do dia **3.3,**
153 **Apresentação da proposta de contratação de Serviços de Urgência e Emergência para o**
154 **SIATE/SAMU** O conselheiro Luiz Antonio Delgobo da proposta de utilização do espaço do
155 CMEI San Martin para implantação de unidade de Saúde com equipes de Saúde da Família. O
156 conselheiro Luiz Antonio Delgobo fala que como se trata do SIATE/SAMU e uma urgência e
157 emergência e não pode ficar sem contrato. A presidente Jiovany do Rocio Kissilevicz fala que o
158 conselheiro Luiz Antonio Delgobo trouxe para o conselho a escala que nos deixou preocupados
159 por que a escala de final de semana está em aberto. O conselheiro Luiz Antonio Delgobo diz
160 que são poucos os profissionais que querem fazer hora extra e diz que de 18(dezoito)
161 profissionais só 5 (cinco) querem fazer hora extra.. E se fazer concurso que passe 18 (dezoito),
162 por exemplo, e aceite os funcionários serão da prefeitura, automaticamente a folha de
163 pagamento ira aumentar e vai ultrapassar o teto. O conselheiro Luiz Antonio Delgobo fala que
164 as horas extras não ultrapassam o teto por que já e incluído no salário, e estão pagando hora
165 extra sobre os plantões o qual contempla a necessidade. E fala que em 2002 (dois mil e dois)
166 saiu 22 (vinte e dois) médicos concursados de 2002 (dois mil e dois) ate agora não foi repostos
167 não foi feito concurso até hoje são 18 (dezoito) médicos, tinha quase 40 (quarenta) quando
168 abriu o SIATE/SAMU e então foi saindo e não houve reposição. O conselheiro Paulo Saincler
169 Heusi fala que então com essas horas que estão sendo pagas hoje, da pra pagar os eventuais
170 aprovados. O conselheiro Luiz Antonio Delgobo fala que vezes tem apenas 2 (dois) médicos
171 trabalhando e sendo que a portaria do SAMU é no mínimo dois médicos para trabalhar um na
172 regulação e outro na ambulância alfa, e então o problema de transporte de criança do hospital
173 da Criança para o Regional para a UTI regional é complicado por que o medico na base, hoje
174 não consegue acompanhar a criança que está no regional ou vice versa é transporte de alta
175 compressibilidade. E então às vezes demora abrir vaga de UTI no regional acaba as vezes
176 demorando 2 (duas) a 3 (três) horas para poder fazer o transporte por que não tem e eu poso
177 usar um terceirizado do hospital da criança, fica muito caro, e sendo que o contrato do hospital
178 da Criança e inter municípios, porque não se pode usar um contrato de R\$: 2.500.00 reais para
179 fazer um transporte de 15 quilômetros. A presidente Jiovany do Rocio Kissilevicz coloca em
180 regime de votação a apresentação e aprovação do projeto de contratação de Serviço de
181 urgência e Emergência para o SIATE/ SAMU aprovado por 19 (dezenove) votos a favor. A
182 presidente encerra a reunião às 19h30min.